



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 241778-52.2014.8.09.0000
(201492417785)**

COMARCA DE CATALÃO

AGRAVANTE : **HEBERT E HEGERT JOHANSEN
RECUPERADORA DE RESÍDUOS
LTDA**

AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO**

RELATOR : **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA – Juiz
de Direito Substituto em 2º Grau**

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADOÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS AO MEIO AMBIENTE. PRETENSÃO DE CUNHO MERAMENTE ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO PREVISTA NO INCISO VI DO ART. 267 DO CPC.

I-Versam os autos, originariamente, numa Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual em face da empresa Hebert e Hegert Johanssen Recuperadora de Resíduos Ltda, visando coibir as atividades desta por decorrência de alegados atos de poluição ambiental,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves

AI241778

2

derivados da atividade de coprocessamento e recuperação de resíduos Classe I (perigosos) para o fábriço de fertilizantes.

II- Extrai-se da petição inicial que não se manejou qualquer medida na via administrativa própria, para a solução do problema ambiental, que, aliás, é de responsabilidade solidária do Estado, posto que detém dever institucional de adotar medidas protetivas do direito ambiental.

III-Inexistindo as tratativas administrativas adequadas, carece do direito de agir o Ministério Público, porquanto não pode utilizar-se da via processual eleita sem antes promover o que lhe compete junto aos órgãos de fiscalização competentes, sob pena de estar-se transformando o Poder Judiciário em mero órgão fiscalizador, distorcendo o desígnio maior deste Poder que é de promover a pacificação dos conflitos trazidos ao processo. Precedente do STJ.

IV- Ademais, se as instalações da empresa não estão adequadas e lhe



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

3

faltam os licenciamentos necessários, deveras que a omissão no Poder Público quanto ao funcionamento de local adequado à manutenção da proteção ambiental não pode ser escudada de fatos que envolvem eventual violação de direitos.

V- Ausente o interesse de agir, mister é a extinção da ação originária, que se decreta, por força de efeito translativo ao recurso, à teor do art. 267, § 3º, do CPC.

RECURSO QUE SE PROVÊ, COM INCIDÊNCIA DO EFEITO TRANSLATIVO, NO SENTIDO DE JULGAR EXTINTA A DEMANDA ORIGINÁRIA POR CARÊNCIA DE AÇÃO, ANTE A AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.

DECISÃO UNIPESSOAL

HEBERT E HEGERT JOHANSEN

RECUPERADORA DE RESÍDUOS LTDA inconformada com a decisão fotocopiada às fls. 49/54, proferida pelo Dr. Marcus Vincínius Ayres Barreto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Fazendas Públicas da comarca de Catalão, que, nos autos da Ação Civil Pública movida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO** tendo por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

4

objeto interditar o estabelecimento da recorrente por inadequação de suas instalações para a atividade potencialmente poluidora que exerce, consistente no coprocessamento e recuperação de resíduos Classe I (perigosos) para o fábriço de fertilizantes, em vista de relatórios técnicos de fiscalização nºs 203/2013 e 013/2014 – SEMMAC, que demonstram os meios impróprios das técnicas empregadas ao controle ambiental atinente aos efluentes líquidos e gasosos, bem assim a ausência de licenciamentos ambientais correlatos à atividade em questão, deferiu a medida liminar, nos termos do art. 12 da Lei nº 7.347/85, nos moldes solicitados nos itens “a.1” a “a.11.1” da petição inicial, no sentido de determinar que a empresa agravante promova, nos prazos ali declinados às devidas corrigendas, sob pena de o não cumprimento das medidas servirem de elementos para a eventual determinação de paralisação de suas atividades e aplicação de multa por descumprimento.

Em razões recursais, argumenta a recorrente que no afã de solucionar questões básicas, passíveis de ajustamento por Termo de Conduta, medida que foi desprezada pelo Ministério Público, houve este em ajuizar a presente ação, que crê negar vigência aos termos da Lei Complementar nº 140/2011, vez que a medida solicitada e ora deferida foi respaldada em relatórios técnicos por órgão desprovido de competência para tanto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

5

Alega que detém licenciamento de funcionamento emitido por quem de direito, segundo previsão da Resolução 024/2013 – CEMAM (Conselho Estadual do Meio Ambiente), conforme faz prova a documentação de fls. 62/63, posto que a SEMMAC (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão/GO) não tem competência para proceder a fiscalização e licenciamento das atividades da recorrente.

Diz que promoveu o requerimento de renovação do referido licenciamento 120 dias antes da expiração do prazo de validade, por meio de procedimento administrativo próprio, cujo procedimento ainda em curso impõe a extensão da validade do licenciamento predecessor.

Esclarece que a atuação ambiental por parte da empresa é eficaz, encontra-se dentro das normas de proteção exigidas, mormente àquele prevista no inciso IV do art. 170 e art. 225 da CF/88, para fins de manter-se um meio ambiente equilibrado e saudável.

Aduz que algumas das implementações solicitadas pelo Ministério Público são dissonantes com as normatizações ambientais, a exemplo dos itens “a.7” e “a.10”, e que outras se assemelham entre si, a teor do que se extrai dos itens “a.2” e “a.11”, redundando este em **bis in idem**, mas que em quaisquer dessas premissas não há infringência alguma que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

6

pudesse ensejar qualquer dano ambiental a ser reparado, circunstância que crê emergir a inocuidade dessas pretensões.

Traça as abordagens sobre os demais itens arrolados na inicial da ação originária e segue pontuando que há verdadeiramente **periculum in verso**, vez que a suspensão das atividades que exerce é que provocará dano ambiental expressivo, máxime porque o não recebimento dos resíduos advindos das fornecedoras e seu não processamento colocará a população em risco ambiental.

Traz seus substratos jurídicos e pede pela liminar de suspensividade dos efeitos da decisão atacada e, no mérito, a reforma da decisão atacada.

Foram coligidas as documentações de fls. 38/200 (1º vol.), 201/400 (2º vol.) e 401/576 (3º vol.).

Preparo é visto à fl. 37.

Relatados.

Decido de modo unipessoal, porquanto a matéria em análise é vista sob o prisma da ausência de requisito de condição da ação e, portanto, amolda-se aos termos do art. 557 do CPC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

7

A celeuma gira em torno da Ação Civil Pública ajuizada por Ministério Público Estadual em face da empresa Hebert e Hegert Johanssen Recuperadora de Resíduos Ltda, visando coibir as atividades desta por decorrência de alegados atos de poluição ambiental, derivados da atividade de coprocessamento e recuperação de resíduos Classe I (perigosos) para o fábriço de fertilizantes.

Como se extrai da narrativa da petição inicial do feito originário (fls. 543/576), o órgão ministerial intenta a demanda apenas contra a recorrente, pessoa jurídica de direito privado em sociedade limitada, que exerce atividade no coprocessamento e recuperação de resíduos Classe I (perigosos) para o fábriço de fertilizantes, de alto potencial poluidor, sob o argumento de que a empresa detém instalações inadequadas à atividade que exerce, colocando a população em risco ambiental e também porque esta não está devidamente licenciada.

Pois bem.

Segundo a melhor hermenêutica tem-se que:

“(...) 3. O direito à segurança pode ser objeto de ação civil pública ambiental nos termos do art. 1º, IV da Lei n. 7.347/85, 83 do CDC e 3º, I, "a", da Lei 6938/81 e figura



entre os chamados direitos humanos fundamentais ou direitos de quarta geração. Se o Estado não toma as medidas necessárias a assegurar a proteção desse direito, cumprindo com o seu dever institucional, o Ministério Público, no exercício da sua atribuição legal, está legitimado para propor ação civil pública objetivando 'a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º ACP), constituindo autêntica obrigação de fazer a prestação de segurança à população, que pode e deve ser prestada jurisdicionalmente, no caso de omissão do Poder Público'.(...)' (STJ, REsp nº 725.257/MG, Rel. Min. José Delgado, DJ de 14.05.2007, p. 252).

O sublinhado duplo no aresto acima transcrito é a propósito de pontuar que o Estado detém dever institucional de adotar medidas protetivas do direito ambiental.

Ademais, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a *defesa do meio ambiente*, art. 170 , VI da CF/88, traduz-se em conceito amplo e abrangente das noções de



meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral.

Segundo o Ministro Celso de Mello “(...) **O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações**” (ADI-MC nº 3540/DF - DJU de 03/02/2006).

Ora, o Estado por meio de seus órgãos executores competentes para gerir a Política Nacional do Meio Ambiente, detém o exercício legítimo do poder-dever de polícia para fins de equalizar a sadia qualidade de vida da sociedade e seus cidadãos, desta e das futuras gerações (art. 225, CF/88).

Se as instalações da empresa/recorrente não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

10

estão adequadas e lhe faltam os licenciamentos necessários, deveras que há a omissão no Poder Público quanto ao funcionamento de local adequado à manutenção da proteção ambiental, que não podem ser escudadas, mormente por envolver fatos violadores de direitos.

No contexto do julgamento do Ag 1406116, de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves, publicado no DJ-e 12/03/2012, se contém que **"se das omissões do Poder Público resultam danos ambientais atuais ou futuros, o controle judicial da Administração Pública nessa matéria pode se dar no âmbito da responsabilidade civil do Estado, não só para o fim de se obter a reparação do dano causado ao meio ambiente, como também para o fim de se alcançar a supressão da omissão estatal lesiva à qualidade ambiental"** – in *Proteção do Meio Ambiente*, Revista de Direito Ambiental, nº 30, abril-junho de 2003, Editora RT, págs. 35 e seguintes.

Mutatis mutandis a jurisprudência assim se posiciona:

“Ao Poder Executivo cabe a conveniência e a oportunidade de realizar atos físicos de administração (construção de conjuntos habitacionais, etc.). O Judiciário não pode, sob o argumento de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves



AI241778

11

que está protegendo direitos coletivos, ordenar que tais realizações sejam consumadas" (STJ, REsp nº 169.876/SP, Min. José Delgado).

Isto é a propósito de pontuar que somente após a constatação da omissão do poder público na fiscalização de atos violadores do referido direito e na adoção de medidas protetivas básicas a esse fim é que exsurgerà o interesse de agir pela via da ação civil pública.

E não se confunda o exercício do poder-dever de polícia com as meras *solicitações administrativas prévias*, porque estas estão à disposição do cidadão em face da Administração Pública; e aquele é a prática, pelo Poder Público, por meio de entes ou agentes governamentais, de executar serviços voltados ao registro, fiscalização ou expedição de algum ato ou a proteção de algum direito.

Não se olvide que:

“(...)Em respeito ao efeito translativo dos recursos ordinários, pode o Tribunal Estadual, ao julgar agravo interposto contra decisão concessiva de liminar, extinguir o processo sem julgamento do



mérito, conhecendo de ofício da ilegitimidade da parte, por se tratar de matéria de ordem pública, suscetível de ser apreciada nas instâncias ordinárias. Tal regra privilegia, também, os princípios da economia processual e do processo de resultados.(...)" (STJ, 2ª T., REsp 302626/SP, Ministro Franciulli Netto, DJ 04/08/2003 p. 255).

A ser assim e inexistindo as tratativas administrativas adequadas, portanto, carece do direito de agir o Ministério Público, vez que não pode utilizar-se da via processual eleita sem antes promover o que lhe compete junto aos órgãos de fiscalização competentes, sob pena de estar-se transformando o Poder Judiciário em mero órgão fiscalizador, distorcendo o desígnio maior deste Poder que é de promover a pacificação dos conflitos trazidos ao processo.

Ademais:

"(...) II - Em se tratando de matérias apreciáveis de ofício pelo juiz (condições da ação, pressupostos processuais, perempção, litispendência e coisa julgada - arts. 267, 3º e 301, 4º, do CPC), mesmo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS
Gabinete do Desembargador Leobino Valente Chaves

AI241778

13

que a parte não tenha provocado sua discussão na petição inicial ou na contestação, conforme se trate de autor ou de réu, podem elas ser apreciadas apreciadas na segunda instância."(STJ, REsp nº 131.371/MG, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 18/12/1998, p. 362).

Pelo acima exposto, com fulcro no art. 557 do CPC e por incidência do efeito translativo ao recurso, reconheço a ausência de interesse de agir, para, de consequência, julgar extinto o processo da Ação Civil Pública.

Face o princípio da sucumbência, fixo os honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Intimem-se.

Goiânia, 11 de julho de 2014

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA

Juiz de Direito Substituto em 2º Grau

LIK/PG